

Realização:



15 - 16 de Setembro

Evento online

@sinelmic

sinelmic.ufma@gmail.com

LEI 10.639/03 E DISPUTAS DISCURSIVAS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Adriano Rosa da Silva

Universidade Federal Fluminense

Resumo:

O presente estudo tem como objetivo analisar criticamente as disputas discursivas em torno da inserção da cultura afro-brasileira no espaço acadêmico e no currículo escolar, problematizando os mecanismos de silenciamento que incidem sobre tais saberes e investigando os obstáculos à efetivação da Lei nº 10.639/03, concebida como resultado histórico das lutas dos movimentos negros no Brasil. A investigação fundamenta-se em um aporte teórico de natureza qualitativa e interpretativa, ancorada sobretudo na perspectiva foucaultiana acerca da produção de discursos, da verdade e dos saberes subjugados. O percurso metodológico consistiu em uma análise crítica dos discursos que permeiam a aplicação da Lei 10.639/03, articulando o referencial teórico de Foucault com produções contemporâneas que discutem a historicidade, a legitimação e a desqualificação de saberes afro-brasileiros no contexto educacional. Os resultados evidenciam que a cultura afro-brasileira, antes de alcançar algum reconhecimento institucional, sofreu processos de caricaturização e de redução à categoria de “folclore” ou “cultura popular”, o que revela um silenciamento sistemático das condições de produção desses saberes. Tal cenário resulta de uma disputa entre discursos que denunciam o racismo estrutural, presente também na escola, e o discurso hegemônico da “democracia racial”, que opera como mecanismo de apagamento das diferenças. Constatou-se a não legitimação da Lei nº 10.639/03 no campo do que Foucault denomina “política geral da verdade”, que sanciona quais discursos são reconhecidos como válidos e quais permanecem subjugados. Assim, reafirma-se a necessidade de reconhecer e potencializar os “saberes das pessoas”, compreendidos como insurgências epistemológicas que resistem ao monopólio dos discursos científicos e acadêmicos hegemônicos.

Palavras-chave: Currículo escolar; Discurso; Lei nº 10.639/03.